

*As Ordens Militares em Portugal. Actas do 1.º Encontro sobre Ordens Militares, «Estudos Locais», 3, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, 1991.*

Dado à estampa em finais de 1991, em boa hora saíram as Actas do I Encontro sobre Ordens Militares. Foi com certeza uma decisão arriscada a de reunir algumas dezenas de especialistas que tiveram como fim debater as Ordens Militares bem como os problemas que lhes estão inerentes. No entanto, esta decisão revelou-se acertada uma vez que se reuniram historiadores e investigadores naquela que foi a sede da Ordem de Santiago, carreando estes temas inovadores. Conforme tinha sido decidido, as Actas deste Encontro foram publicadas e assiste-se, no momento em que são redigidas estas linhas, aos preparativos finais que culminarão no II Encontro a decorrer em Outubro de 1992.

A comissão organizadora decidiu dividir o Encontro em seis áreas, a saber: A Memória das Ordens, As Ordens Militares e a Expansão, As Ordens Militares e a Economia, O Saber e a Cultura, A Sociabilidade e o Quotidiano e As Ordens Militares e a Relação com o Poder.

Na primeira área, *A Memória das Ordens*, podemos apreciar três ensaios. O primeiro é o do Professor Doutor Luís Adão da Fonseca, investigador que vem desenvolvendo trabalhos situados no âmbito do estudo das Ordens Militares. Para este Encontro tratou o *Livro dos Copos da Ordem de Santiago*. Após estudo deste códice, que integra o fundo da Ordem de Santiago, o autor apresenta as conclusões que tirou sobre a documentação nele existente. Assim todos os documentos emanados do monarca foram copiados. O mesmo já não aconteceu com os documentos particulares dos quais só foram copiados aqueles em que intervieram o soberano ou altos dignatários da Ordem. Foram ainda transcritos vários diplomas régios, privilégios, bem como pontifícios. Da análise da selecção dos documentos inseridos no Livro dos Copos, o Doutor Adão da Fonseca infere da importância dada à relação existente entre a Ordem de Santiago, o monarca e o Papa, relação essa que ora serve o poder espiritual (milagre de Santiago que vai influenciar decisivamente um facto político ocorrido no tempo de D. Afonso IV). Numa última conclusão o autor refere-se ao «Livro dos Copos» como uma tentativa de manter e fortalecer os laços que ligam esta Ordem ao monarca, facto que é posto em relevo com a representação iconográfica de D. João II, de quem partiu a decisão de mandar redigir o Livro dos Copos.

Num artigo intitulado *O Cartório da Ordem de Santiago*, a dr.<sup>a</sup> Maria José Bigotte Chorão descreve os inúmeros problemas com que se debateu ao fazer o tratamento arquivístico de parte dos documentos pertencentes ao cartório desta Ordem. Assim foi-lhe possível concluir que os mais antigos livros de visitas datam de 1418 (Coína), 1450 (Cacela) e não de 1510 como vinha referenciado nos catálogos à disposição dos leitores. Identificou fragmentos de livros de ofícios, um códice de termos de profissões (1525-44), bem como um foral, datado de 1510 outorgado ao concelho de Casével. Encontrou e identificou ainda, um inventário do cartório da Ordem, que

apesar de velho de séculos, ainda irá ter papel de destaque para a prossecução do trabalho da autora.

O último ensaio incluído nesta área é o do dr. Bernardo Sá-Nogueira que se debruça sobre um conjunto de documentos a que deu o nome de «Tombo Velho». Essa documentação situa-se cronologicamente entre 1226 e 1436 tendo Sesimbra como tema. Após fazer referências à restante documentação, o autor volta-se para o conflito que opôs, em 1310, Setúbal e Sesimbra, pois esta última queria vender o seu vinho na vila sadina. Mais tarde, em 1362 o conflito reacende-se a propósito dos cereais. O outro grande conflito que o autor acompanha diz respeito à jurisdição da vila de Coina, conflito que decorre de 1330 a 1363 e para o qual se socorrem de provas escritas, neste caso, abundantes no *Tombo Velho de Sesimbra*.

Na segunda secção — *As Ordens Militares e a Expansão* — temos dois estudos. O primeiro — dos drs. João Cosme e Maria de Deus Manso — e tem como tema o papel dos *Espatários na expansão*. Os autores dividem o papel desta ordem em três fases. Numa primeira fase os Espatários participam activamente na conquista de Ceuta. Após breve hesitação participam na descoberta da Madeira, embora o seu campo favorito de acção seja o Norte de África. Com a morte do mestre D. João a Ordem de Santiago entra em período de letargia, aliada ao crescente poder da Ordem de Cristo. Só a partir de D. João II é que a Ordem voltou a participar nas «coisas da expansão», quer através da nomeação de elementos ligados à ordem para cargos de além-mar, seja através de actos importantes para o país, como foram os de Diogo de Azambuja e de Vasco da Gama, o que constituiu a terceira fase.

O investigador Manuel da Silva Castelo Branco apresentou novos elementos sobre a concessão das *Ordens Militares na Expansão Portuguesa*. Neste artigo fala de quatro vice-reis, dos seus actos e feitos que lhes valeram as mercês de uma das três ordens militares e/ou a mudança de uma ordem para outra como foi o caso de Vasco da Gama. O autor apoiou-se nos seus profundos conhecimentos arquivísticos, especialmente no que toca à Ordem de Cristo.

A terceira secção — *As Ordens Militares e a Economia* — abre com interessante ensaio do Professor Doutor Armando de Castro subordinado ao tema *As Ordens militares na história económico-social portuguesa*. O autor começa por localizar no tempo o início das ordens militares. De seguida, o Doutor Armando de Castro refere a relação Ordens/Reconquista. Nesta conformidade são doados às Ordens castelos e pontos fortificados, onde, a breve trecho, se estabelecem as populações que são livres mas têm de dar percentagens a diversas entidades. As Ordens passam a ser titulares de vastos territórios a sul do Mondego. No entanto eram possuidoras de searas, casais, «granjas», etc., no Norte do país. Para além do soberano, várias entidades, incluindo as Ordens Militares, vão conceder forais. As Ordens, essas, vão-se laicizar, os mestrados vão incorporar-se na Coroa, os seus membros vão dispor dos seus bens sob certas condições. A partir do séc. XVI, a concessão de comendas aumentou embora os rendimentos fossem elevados. O autor refere ainda quantitativos populacionais salientando que cerca de 10% da população portuguesa vivia em domínios das Ordens de Cavalaria.

O Prof. Doutor Pedro Barbosa, juntamente com os drs. José Varandas e António Vicente procedem ao estudo das *Propriedades das Ordens Militares na Estremadura Central*. Depois de definir o conceito de Estremadura Central refere-se ao papel desta zona na Reconquista, em que a posse da terra pelos cristãos é feita anormalmente de Sul para Norte. Os autores põem a hipótese de ter havido uma simples ocupação de terras e não uma reconquista o que torna pouco significativo o número de cavaleiros das Ordens Militares, o que irá influir no futuro da sua presença a nível fundiário. Alcobaça era o grande senhorio da zona. Os nobres estão mal representados, tal como as Ordens Militares. A região, organizada em concelhos «impediu» a implantação de um maior número de propriedades das Ordens Militares. As terras seriam trabalhadas por colonos, sendo a reserva senhorial pequena.

O dr. João Alves Dias efectuou um estudo sistemático das *Comendas de Almourol e Cardiga das Ordens do Templo e de Cristo, na Idade Média*. Esta região foi doada à Ordem do Templo em 1169 e recebe foral em 1174, sendo as testemunhas do foral de provável origem Além-Pirinéus, como o deixam adivinhar os seus nomes. Depois de breve referência à história das Ordens do Templo e de Cristo, o autor dá 1321 como data em que a comenda templária de Santa Maria de Zêzere se fracciona em duas: Almourol e Cardiga. O motivo da sua divisão prender-se-á, porventura a um maior desenvolvimento económico e demográfico. Com as doações fundiárias que particulares faziam à Ordem de Cristo a importância destas duas comendas sobe para o 4.º lugar no conjunto das comendas. Na época da conquista de Ceuta também estas duas comendas contribuem com o que podem. É no séc. XV que a região do Zêzere conhece o nome de Paio de Pele. Era uma região que deveria ter cerca de 15 casais produzindo maioritariamente trigo, centeio, para além de vinhas, oliveiras e pomares. O número de habitantes da comenda rondara a centena. Em 1537 a comenda da Cardiga foi extinta e todos os seus móveis e imóveis passaram para o Convento de Cristo.

A dr.ª Ana Maria Rodrigues procedeu ao estudo do *Património das donas de Santos no termo de Torres Vedras durante a Idade Média*. Para este estudo a autora tomou como base a visita ao Mosteiro de Santos, a 9 de Junho de 1513. Nele é referido o conjunto de propriedades urbanas — sitas em Lisboa — e rústicas como é o caso do património em Torres Vedras. Estes lugares tinham jurisdição própria o que obviamente provocava atritos com o concelho. Este conjunto de propriedades rústicas provém de doações bem como de heranças. Foi através desta via que o património do Mosteiro de Santos foi aumentado e consolidado nos finais do século XIII e inícios do XIV. A autora passa então a analisar o conjunto de bens imóveis no termo de Torres Vedras obtendo e apresentando dados concretos acerca da área dos casais e herdades, vinhas e cerrados, da duração dos contratos agrários bem como das formas de pagamento.

O dr. Matos Fortuna ao ter acesso a *Um Inventário da Ordem de Santiago* passou a escrito um conjunto de angústias que qualquer investigador sente após o primeiro «sentir da pulsação» do objecto em estudo. O autor teve a felicidade de encontrar no antigo Arquivo Histórico do Ministério das Finanças um inventário dos Espotários. A alegria de folhear essas páginas sobreveio-lhe a angústia de verificar que o cartório espotário tinha

centenas de livros que hoje desapareceram ou ainda estão mal catalogados pelo que a sua consulta não se afigura possível. Também a Livraria do convento desapareceu tendo alguns volumes isolados sido incorporados em bibliotecas privadas.

Na quarta secção — *O Saber e a Cultura* — surge-nos um estudo do dr. Paulo Drumond Braga, subordinado ao tema *A construção corrente na região de Palmela nos finais da Idade Média*. O autor partiu dum rico manancial informativo que é a visitação da região de Palmela datada de 1513. A partir dela Paulo Drumond pôde «ver» o espaço urbano, passando em seguida para a própria habitação que de uma maneira geral é de um só piso e de uma só divisão. A casa em Palmela mostra-se mais comprida que larga. O material construtivo empregue é a pedra e o barro, sendo a cobertura de telha. A madeira é usada nos interiores. No que toca aos contratos de locação, o empraçamento a três vidas era o mais frequente.

Na quinta secção — *A Sociabilidade e o Quotidiano* — surge-nos um conjunto de cinco comunicações. A primeira é a da dr.<sup>a</sup> Isabel Lago Barbosa que fez um estudo sobre os *Regimentos e Visitações da Ordem de Santiago em Portugal nos finais da Idade Média*. A autora vai analisar dois regimentos. O primeiro é datado de 1478. Neste ano foi realizado capítulo onde se estabelece o regimento, nele se definindo o número de visitantes, as suas actividades de fiscalização bem como os poderes conferidos. No capítulo de 1508 foram eleitos quatro definidores que tiveram por missão elaborar um novo regimento de visitas que fosse adequado aos novos tempos que corriam o que implicava saber não só do estado dos bens materiais como também da vida espiritual dos membros da Ordem Espatária. Competia ainda aos visitantes saber do estado das populações que viviam em domínios da Ordem.

O dr. Mário Cunha interessou-se pelo Livro dos Copos pertencente ao antigo cartulário da Ordem de Santiago. Nele, Mário Cunha vai debruçar-se com maior pormenor sob uma procuração, o que é apelidado de «procuração dos Treze» em que o Conselho dos Treze, detentor de um conjunto de poderes, irá dar ao mestre D. João autorização para exercer o poder por eles quando o Conselho estiver ausente. Na prática o poder da Casa Real consolida-se na Ordem de Santiago através da actuação do seu mestre, o infante D. João.

A dr.<sup>a</sup> Maria Cristina Cunha estudou o «corpus» documental da Ordem de Avis nos séculos XIII-XIV. A docente e investigadora debate-se logo com a escassez documental, bem como com a proveniência diversa da mesma. Esta situação implica falta de homogeneidade na documentação não permitindo estudar até à exaustão as comendas ou a Ordem de Avis no seu todo. Este problema é infelizmente extensível aos mais variados assuntos e períodos da nossa história. Trabalhando a documentação existente a autora pôde verificar que os documentos pontifícios surgem no início da Ordem de Avis quando era necessário preservar direitos adquiridos. Quanto aos documentos traslados, estes numa primeira fase mostram que a Ordem procura assegurar a posse dos bens para mais tarde os traslados reflectirem a preocupação dos rendimentos. Depois de analisar os documentos, a autora pensa que não devia existir uma organização rigorosa no «scriptoria» em que não existiria

o «armarius». Só a partir do mestrado de D. Martim Fernandes é que o «scriptorium» se organizou.

Nesta secção o Professor Doutor Pedro Barbosa voltou à liça com um artigo intitulado *Cavaleiros do Templo e Cavaleiros de Leiria*. Nele o autor mostra a importância da zona de Leiria e a dificuldade de viver na região devido às ameaças constantes de ataques muçulmanos. Se os muçulmanos se digladiam devido a problemas internos também não é menos verdade que problemas como a revolta dos moçárabes pusessem a população à prova. Para defender a zona de Soure os Templários foram chamados para essa missão, tendo mais tarde a ajuda de Leiria. Esta zona começa a ver estabelecer-se povoadores que eram indiferentes a quem era o dono das terras. Afinal esta zona era bastante permeável a infiltrações inimigas. Leiria está pois incluída num sistema defensivo e não como sector de um sistema ofensivo com vista à Reconquista.

O dr. Joel Mata estudou *Alguns aspectos da Ordem de Santiago no tempo de D. Dinis*. Depois de breve historial o autor escreve sobre a organização territorial e administrativa do território. Esta organização geográfica baseava-se na comenda havendo 31 em 1327. O território que fica sob a alçada do comendador via-o a intervir em pleitos, questões políticas, etc., tendo para tal plenos poderes. Refere ainda o autor que no reinado de D. Dinis, o património da ordem continua a engrossar. O escambo quando é praticado destina-se a melhorar os bens da ordem. Para além disto, a Ordem tem o direito de padroado. Claro que irão existir problemas de relacionamento com a diocese, o que vai originar interferência directa do monarca nos negócios da ordem.

A sexta e última secção — *As Ordens e a relação com o Poder* — apresenta cinco estudos. A dr.<sup>a</sup> Maria Cristina Pimentel depois de ter consultado o acervo documental da Ordem de Avis durante o governo de Fernão Sequeira, seleccionou um diploma sobre o qual se debruçou, constituindo a base do presente estudo. Teresa Eanes, manceba do comendador de Juromenha, tenta apossar-se indevidamente de bens. Posta a questão em forma legal a sentença é favorável à Ordem. Feito recurso a ré Teresa Eanes vê confirmada a decisão tomada pelo corregedor de Entre-Tejo-e-Odiana. Através da leitura cuidada da sentença, a autora consegue extrair atitudes vivenciais de um comendador do século XV.

A dr.<sup>a</sup> Fernanda Olival estudou a *Nobilitação no Antigo Regime: os Cristãos-Novos na Ordem de Cristo (1581-1621)*. Se no século XVI as Ordens Militares são exigentes indagando problemas de sangue, excluindo ainda os descendentes de judeus, mouros e gentios. Perante estes requisitos os candidatos começaram logo a imaginar mil maneiras de os ultrapassar tendo em vista a honra da sua obtenção, situações descritas pela autora. A dr.<sup>a</sup> Fernanda Olival escolhe este período pois nesta altura torna-se necessário travar o «boom» de hábitos que foram atribuídos como forma de recompensar os apoios na crise de 1580. Desde 1572 que D. Sebastião faz escrever nos estatutos das Ordens a questão do sangue, mas este facto só aparece perfeitamente integrado nas normas seiscentistas. Apesar das dificuldades a instituição impunha a insígnia a letrados, comerciantes endinheirados e a recém-nobilitados bem como a indivíduos que prestaram serviços políticos



relevantes. A autora salienta a oportunidade de conceder honrarias a estas pessoas apesar de tal ser proibido estatutariamente.

O dr. Rui Duque Maurício na *Ordo Militaris e Função Real* debruça-se pela simbólica no tempo dos reis D. Manuel e D. João III em que o monarca aparece cada vez mais como o arauto de Deus no Mundo. O soberano é um centro actuante, um rei justo, imbuído das espadas temporal e espiritual.

A dr.<sup>a</sup> Isabel Morgado e Silva estudou um instrumento de concórdia entre a Ordem de Cristo e o concelho de Tomar. O conflito surgiu quando dois poderes se chocaram — a Ordem de Cristo e o Concelho de Tomar. O pretexto foi a cobrança de rendas inerentes à comenda de Martim Vasques. A concórdia foi alcançada pelo infante D. Henrique, pois este arrendou os direitos da Ordem ao concelho de Tomar, em que findo o prazo retomariam à posse dos freires.

O dr. Fernando Calapez Correia estudou um *Conflito Institucional entre a Câmara de Aljezur e a Ordem de Santiago em 1462*. O motivo foi afinal o lançamento de uma taxa pelo concelho de Aljezur feito à revelia do comendador. Este como não abdicou dos seus direitos senhoriais tudo fez para que lhe fosse dada razão à luz da legislação vigente o que veio a acontecer.

Se os estudos apresentam ou parecem apresentar um carácter muito pormenorizado não esqueçamos de que estão a ser dados os primeiros passos para o conhecimento da actividade das Ordens Militares em Portugal. Os alicerces estão lançados. A nós compete-nos continuar.

Ernesto J. N. Alves Jana

*IX Centenário do Nascimento de S. Bernardo. Encontros de Alcobaça e Simpósio de Lisboa. Actas, Univ. Católica Portuguesa / Câmara Municipal de Alcobaça, vol. de 255 x 190 mm e 408 pp., Braga 1991.*

Foram recentemente publicadas as Actas dos Encontros de Alcobaça e do Simpósio de Lisboa, comemorativos do IX Centenário do nascimento de S. Bernardo de Claraval.

Estas iniciativas, que se ficam a dever ao empenho conjugado da Faculdade de Teologia de Lisboa, da Associação Portuguesa dos Historiadores de Arte e do Município de Alcobaça, pretenderam prestar homenagem àquele que, sendo uma das maiores personalidades do séc. XII, foi também uma das figuras mais determinantes da história da Igreja.

A obra contém 19 estudos de elevado nível e erudição, assinalando-se a colaboração de alguns dos mais representativos medievalistas portugueses.

Na sua globalidade, poderíamos dizer que estas Actas se dividem tematicamente em dois momentos: um conjunto de estudos especificamente sobre S. Bernardo, outro sobre a incidência da sua obra e da acção dos Cistercienses em Portugal.